

Democracia de massa



» JOSÉ SARNEY
*ex-presidente da República,
escritor e imortal da Academia
Brasileira de Letras*

Aqui em São Paulo, no Hospital Sírio-Libanês, onde ainda me encontro brigando com uma indigesta pneumonia que resolveu me perturbar nesta semana da eleição, mas já me preparando para voltar ao Maranhão, escrevo estas apressadas linhas.

Nestes 41 anos da Nova República, exercemos a democracia pelo voto do povo. No domingo próximo, dia 4, o país irá às urnas para escolher seus representantes no Poder Executivo e nas Casas Legislativas, estaduais e federais. Em quatro dos meus cinco anos na Presidência, realizamos eleições: um dos meus primeiros atos ao assumir foi restaurar as eleições diretas em todos os níveis no Brasil (Emenda Constitucional nº 25), uma vez que o país estava saindo do regime de eleições indiretas via Colégio Eleitoral, que Tancredo dizia serem as últimas a serem realizadas no Brasil. E foram.

Hoje, o Brasil é a segunda maior democracia do mundo ocidental, implantada pela transição que presidi, que se concretizou com as eleições diretas e a nova Constituição Federal. Foi uma das mais marcantes transições da América Latina, que elaborou a própria Carta Magna e consolidou uma verdadeira sociedade democrática de massa.

Na minha vida, concorri em 12 eleições. Na primeira, para deputado federal, em 1954, não fui eleito, mas fiquei como suplente, tendo a oportunidade de assumir várias vezes o mandato na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro. A partir daí, fui eleito deputado federal por duas vezes, governador do Maranhão, senador pelo Maranhão,

também duas vezes; presidente da República e senador pelo Amapá, por três mandatos.

Esses mandatos, somados, deram-me a condição de ser o parlamentar que mais tempo passou no Senado na era republicana, 39 anos, mais 10 anos em cargos no Executivo, como governador e presidente da República, e 12 anos como deputado federal. À exceção da minha primeira candidatura, em todas as outras vezes em que concorri fui o mais votado. Agradeço a Deus o destino que me proporcionou; ao povo do Maranhão, do Amapá e ao povo brasileiro, pela confiança depositada em minha carreira política.

Em 1984, sob a liderança de Tancredo Neves, com a minha participação e as de Ulysses Guimarães, Aureliano Chaves e Marcos Maciel, aprovamos o Manifesto da Aliança Liberal, que reuniu o MDB e a Frente Liberal, na qual estabelecemos os princípios que seguiríamos na transição democrática, entre eles o maior de todos: a convocação da Constituinte, o que fiz logo nos primeiros meses do meu mandato como presidente da República. Isso, sem dúvida, marcou a transição democrática brasileira e assegurou ao país a estabilidade e a volta ao Estado de Direito, que sustenta a nossa democracia até hoje, permitindo que mais uma vez possamos ir às urnas escolher os nossos governantes.

Sempre tive na minha vida forte consciência democrática, que nasceu quando eu era jovem e participei da Juventude Brigadeirista, no combate à ditadura Vargas. Cheguei, inclusive, a ser preso durante uma manifestação, que contava com a presença do interventor do Maranhão, quando gritei: "Abaixo a ditadura!"

Fui o único governador a não aprovar o AI-5, o que determinou uma especulação muito grande de que eu seria cassado, o que não aconteceu: o presidente Costa e Silva disse, numa reunião de governadores a que eu estava presente, que não desejava desmontar a Federação. Quando eu era

senador da República, em conjunto com Teotônio Vilela, Daniel Krieger, Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Aureliano, Marco Maciel, Roberto Freire, Haroldo Lima, Fernando Henrique Cardoso, criamos uma entidade secreta chamada Sacro Colégio, cuja finalidade era não permitir que o Congresso Nacional fosse fechado, uma vez que a nossa convicção era de que, se permanecêssemos com o Legislativo funcionando, conseguiríamos ultrapassar o regime de exceção.

E foi isso o que conseguimos, finalmente, com a minha eleição e de Tancredo para, respectivamente, vice-presidente e presidente da República, cargo que assumi enfrentando a tragédia da morte do nosso líder Tancredo. Presidi uma transição absolutamente tranquila, consolidamos a democracia e, hoje, estamos completando 41 anos no regime democrático, com mais uma eleição; nesta, tenho a felicidade de ver Roseana Sarney concorrendo com forte apoio do povo maranhense a uma vaga no Senado Federal, cumprindo o seu grande destino de líder política, tendo sido a primeira mulher eleita governadora de um Estado brasileiro pelo voto direto.

Acredito que o Senado esteja precisando, agora mais do que nunca, de lideranças como a de Roseana para recuperar o seu prestígio e voltar a ser aquela Casa que conheci, onde, com o auxílio do Conselho de Estado, o Brasil se consolidou como nação e se estruturou, tornando-se o grande país que hoje é: a oitava economia do mundo, com voz e voto nos grandes organismos internacionais, podendo nosso presidente afirmar que "não seremos quintal de ninguém."

Portanto, no domingo, vamos viver a nossa festa democrática, com quase 160 milhões de eleitores chamados às urnas para celebrar esse pacto entre o governo e o povo, saudando o Brasil como um dos grandes países democráticos do mundo, com uma economia livre e um regime político sob o Estado de Direito.



Congresso já começa próxima legislatura com herança antiambiental



» ADRIANA PINHEIRO
*Doutora e pesquisadora em
ciência política. É assessora
de Incidência Política e
Orçamento Público do
Observatório do Clima*

» SUELY ARAÚJO
*Urbanista, advogada e doutora em ciência política. É
coordenadora de Políticas Públicas do Observatório
do Clima e ex-presidente do Ibama*

» VINICIUS CUNHA
*Pesquisador de políticas públicas socioambientais
do IDS e doutorando em administração pública e
governo pela FGV*

Engana-se quem acha que a próxima legislatura do Congresso Nacional começa a ser delineada quando o último voto for apurado. Na prática, parte da composição já está definida pelos parlamentares cujos mandatos não estão em disputa, e isso não é uma boa notícia para o meio ambiente.

O ponto de partida já é conhecido e pouco favorável às pautas ambientais e de clima. Segundo o Farol Verde — plataforma do Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS) que mede o Índice de Convergência Ambiental (ICAr) de parlamentares —, deputados e senadores da atual legislatura votaram contra o meio ambiente em 70% das votações nominais da agenda.

Desenvolvido com o apoio técnico do Observatório do Clima, o índice considera quatro faixas de convergência: muito baixa, quando de 0% a 25%

dos votos foram favoráveis à agenda ambiental; baixa, de 26% a 50%; média, de 51% a 74%; e alta, de 75% a 100%.

O Farol Verde mostrou que, na Câmara, 323 dos 513 deputados — ou 63% — estão nas faixas de baixa ou muito baixa convergência ambiental. No Senado, o quadro é ainda mais concentrado: 58 dos 81 senadores, ou 71,6%, estão no mesmo segmento.

Quando se considera a pior classificação — muito baixa —, os dados confirmam que a falta de convergência ambiental é mais aguda entre os senadores: 47 dos 81 parlamentares, ou 58% das cadeiras. Na Câmara, são 138 deputados nesta faixa, ou 27% das cadeiras.

A composição partidária das duas últimas legislaturas ajuda a entender tais dados. Na de 2019-2022 e na de 2023-2026, o PL — partido com posicionamento marcadamente antiambiental — foi a sigla que mais ganhou espaço no Congresso, considerando Câmara e Senado: passou de 84 para 113 cadeiras, um crescimento de 29 parlamentares.

Mesmo com as eleições se aproximando, as perspectivas de mudança podem ser limitadas. No Senado, a estimativa de renovação é de até 81,48% das vagas em disputa, segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). Em 2018, a renovação foi de 85,19% e, em 2022, de 81,48%. Nesta Casa, no entanto, 32 senadores — das 54 cadeiras em disputa — estão na corrida pela reeleição, o maior índice de recandidaturas desde 2002, ainda segundo a Diap.

Além disso, dos 27 senadores que vão permanecer em seus assentos, 74% estão hoje nas faixas de baixa ou muito baixa convergência ambiental. Nove deles disputam governos estaduais e, caso sejam eleitos, poderão ser substituídos por seus suplentes.

Entre os 22 parlamentares que certamente

deixarão o cargo, apenas dois estão na faixa mais alta de convergência ambiental. Isto é, a maior parte das saídas certas vem de faixas inferiores de convergência. Apesar de criar uma possibilidade de mudança, o dado não elimina o peso dos 27 mandatos que não estão em disputa nessas eleições. Na Câmara, a Diap estima renovação abaixo da média histórica: 44,44% — em 2018, a renovação foi de 51,07% e, em 2022, 42,69%. Isso significa que a maioria dos deputados deve permanecer em seus postos.

Apesar disso, há, em tese, espaço para mudanças na Câmara: 79 dos parlamentares com perfil antiambiental deixarão seus cargos. É o caso de quem não disputará reeleição ou concorrerá a outro posto. Entre esses 79 deputados, 57 — ou 72,2% — têm baixa ou muito baixa convergência com o meio ambiente e o clima. Já entre aqueles com alta convergência ambiental, apenas 14 dos 125 deputados estão com a saída certa. Isso não significa, no entanto, que o perfil da Casa vai melhorar. Tudo depende, é claro, de quem vai entrar no lugar.

Mesmo com as alterações que as eleições de 2026 podem trazer na composição do Senado e da Câmara, nada permite antecipar que teremos um Congresso mais comprometido com a agenda ambiental. Além disso, renovação não deve ser confundida com mudança automática de orientação. O próximo Congresso não parte de um terreno neutro: hoje predominam, nas duas Casas, níveis baixos de convergência com a agenda ambiental.

Isso ocorre justamente quando a crise climática amplia a pressão por políticas de descarbonização, adaptação e resposta a eventos extremos. A extrema urgência cresce, mas o perfil de quem terá de enfrentar essa crise nas decisões legislativas e orçamentárias pode permanecer praticamente o mesmo. Essa é uma das principais heranças que chegarão a 2027. Resta torcer para que as urnas ajudem a mudar esse cenário.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha// circecunha.df@gdabr.com.br

A longa e errática travessia

Há perguntas que o calendário eleitoral não consegue responder. Uma delas é saber por que o Brasil, depois de mais de quatro décadas do início da chamada redemocratização, continua convivendo com crises políticas, institucionais, fiscais e sociais que parecem se suceder como capítulos de uma mesma história. Outra, ainda mais incômoda, é saber o que fizemos, ao longo de quase 137 anos de República, com a promessa de construir um Estado capaz de assegurar estabilidade, liberdade, prosperidade e igualdade perante a lei.

Como começou

A República brasileira nasceu em 1889 de uma ruptura conduzida pelas Forças Armadas, sem participação popular direta na mudança do regime. A Constituição de 1891 tentou organizar a nova ordem, mas o próprio período inicial foi marcado por crises entre os Poderes, intervenção militar e instabilidade. A história oficial registra, desde então, dissoluções do Congresso, governos provisórios, deposições de presidentes, estados de sítio, rebeliões militares e sucessivas mudanças constitucionais. Portanto, não se trata de uma doença exclusiva da Nova República.

Ditadura

A chamada República Velha terminou em 1930, quando Washington Luís foi deposto e Getúlio Vargas assumiu o poder. Pouco depois, o Congresso foi dissolvido, a Constituição suspensa, e o Executivo passou a governar por decretos. Em 1937, Vargas novamente rompeu com a ordem constitucional e instituiu o Estado Novo, fechando o Congresso e inaugurando outra ditadura.

Nova República

Em 1945, uma nova transição democrática abriu caminho para a Constituição de 1946. Foi uma experiência importante de pluralismo político, mas durou menos de duas décadas. Em 1964, outro movimento militar interrompeu a ordem constitucional. Vieram os atos institucionais, as cassações, a censura, a repressão política e, em 1968, o AI-5, que aprofundou dramaticamente a ruptura com as garantias democráticas. É dessa longa sequência que precisamos partir para compreender a Nova República.

Constituição Cidadã

A redemocratização iniciada em 1985 foi, sem dúvida, uma conquista histórica. Depois de 21 anos de regime militar, o país recuperou as instituições representativas, reorganizou o sistema partidário, ampliou direitos civis e políticos e promulgou, em 5 de outubro de 1988, a Constituição que se tornou conhecida como Constituição Cidadã.

Força política

Mas a transição não foi uma ruptura absoluta com o passado. Ela foi uma negociação política complexa. A eleição presidencial de 1985 foi indireta. Tancredo Neves morreu antes de tomar posse, e José Sarney assumiu a Presidência. O país precisou construir a democracia ao mesmo tempo em que carregava instituições, práticas políticas e estruturas administrativas herdadas do regime anterior. A própria Câmara dos Deputados reconhece que a transição precisou superar a derrota da emenda das Diretas e a morte de Tancredo, antes de desembocar na Constituição de 1988.

Em jogo

A travessia brasileira não é uma história exclusivamente de fracassos. A democracia sobreviveu a crises que, em outros momentos históricos, poderiam ter provocado novas rupturas. A Constituição de 1988 permanece em vigor. Eleições sucessivas ocorreram com alternância de poder. Presidentes foram substituídos pelo voto ou pelos mecanismos constitucionais previstos para crises de governo. O Brasil não deve ser visto como um país condenado ao fracasso institucional. Mas tampouco é um país que possa considerar concluída a obra da redemocratização. Estamos ainda longe dessa meta. No próximo 4 de outubro, milhões de brasileiros irão novamente às urnas. Serão escolhidos governantes e legisladores para mais um ciclo de poder. O que estará em jogo, entretanto, deveria ser maior do que a simples substituição de ocupantes dos cargos públicos.

E, então?

A questão de fundo continuará sendo a mesma que atravessa nossa história desde 1889: conseguimos finalmente construir uma República em que as instituições sejam mais fortes do que os homens que temporariamente as ocupam?

História de Brasília

A mais bela superquadra de Brasília, ninguém pode negar, é a do Iapb. E principalmente por causa dos jardins. Pois bem. Um dos homens que fez aqueles jardins, depois de nos deliciar com o seu trabalho, acaba de ser demitido. (Publicada em 26/5/1962)